

Ficha de Unidade Curricular

Licenciatura em Direito 2025-2026

1. Nome da Unidade curricular:	
História do Pensamento Jurídico	
2. Informação Complementar:	
Duração: Semestral ⊠ Anual □	
Horas de Trabalho: 168	
Créditos ECTS: 6	
3. Docente responsável e respetiva	carga letiva na unidade curricular:
3. Docente responsável e respetiva António Pedro Barbas Homem	carga letiva na unidade curricular:
António Pedro Barbas Homem	
António Pedro Barbas Homem 4. Outros docentes e respetivas car	gas letivas na unidade curricular:
António Pedro Barbas Homem 4. Outros docentes e respetivas car 5. Objetivos de aprendizagem (cor	
António Pedro Barbas Homem 4. Outros docentes e respetivas car 5. Objetivos de aprendizagem (cor estudantes):	gas letivas na unidade curricular: nhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos
António Pedro Barbas Homem 4. Outros docentes e respetivas car 5. Objetivos de aprendizagem (cor estudantes): A unidade curricular de História do	rgas letivas na unidade curricular: nhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos Pensamento Jurídico tem como objetivo consolidar e aprofundar os
António Pedro Barbas Homem 4. Outros docentes e respetivas car 5. Objetivos de aprendizagem (cor estudantes): A unidade curricular de História do conhecimentos adquiridos na discipl	egas letivas na unidade curricular: nhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos Pensamento Jurídico tem como objetivo consolidar e aprofundar os ina de História do Direito, em relação à época contemporânea. Em
António Pedro Barbas Homem 4. Outros docentes e respetivas car 5. Objetivos de aprendizagem (cor estudantes): A unidade curricular de História do conhecimentos adquiridos na disciple especial, (i) permitir identificar os grandes.	rgas letivas na unidade curricular: nhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos Pensamento Jurídico tem como objetivo consolidar e aprofundar os

As grandes correntes do pensamento jurídico desde o século XIX. As etapas e realizações da cultura jurídica. História dos direitos na Europa. Em especial: O direito civil. O direito da família. O direito comercial e industrial. O direito penal. O direito social. A organização da justiça e o direito processual. O estatuto dos juízes e a advocacia.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

A unidade curricular de História do Pensamento Jurídico desenvolve-se através de duas componentes: (i) a componente expositiva; (ii) e a componente dialógica. A partir de textos escolhidos, é aberta a discussão a todos.

8. Metodologias de ensino:

As aulas terão uma natureza teórico-prática. Os conteúdos programáticos serão transmitidos através de exposição teórica e, simultaneamente, de forma participada, através da análise de textos e de debates programados.

9. Avaliação:



1. A avaliação resultará da ponderação de uma componente escrita (um breve trabalho de investigação acerca da história dos direitos e uma ficha de identificação de fontes históricas) e de uma componente oral (participação em debates, análise de textos e apresentação do trabalho escrito). 2. O modelo de avaliação poderá ser adaptado, de acordo com o número de Alunos inscritos na unidade curricular, sendo a eventual adaptação oportunamente comunicada.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As áreas temáticas e os textos percorridos no programa destinam-se a providenciar os recursos que permitirão alicerçar um pensamento crítico e estruturado relativamente a problemas centrais da história do pensamento jurídico.

11. Bibliografia principal:

António Pedro Barbas Homem, A Lei da Liberdade. Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico. Principia, Estorial, 2001.

Idem, O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado. Almedina, 2006.

Idem, História do Pensamento Jurídico. Guia de Estudo. AAFDUL, Lisboa,

António Manuel Hespanha, Cultura jurídica europeia. Síntese de um milénio, Coimbra, Almedina, 2012. Michel Villey, A formação do pensamento jurídico moderno, São Paulo, 2019.

Jean-Louis Halpérin, Histoire des Droits en Europe. De 1750 à nos jours, Flammarion, 2020.

Antonio Padoa Schioppa, História do Direito na Europa. Da Idade Média à Idade Contemporânea, São Paulo, Martins Fontes, 2014.

António Braz Teixeira, História da Filosofia do Direito Portuguesa, Lisboa, Caminho, 2005.

R. C. Van Caenegem, Uma Introdução Histórica ao Direito Privado, São Paulo, Martins Fontes, 1995. Franz Wieacker, História do direito privado moderno, Lisboa, FCG, 2010.

John Gilissen, Introdução Histórica ao Direito, Lisboa, FCG, 1995.

André-Jean Arnaud (dir.), Dictionnaire encyclopedique de théorie et de sociologie du droit, Paris, 1993. António Castanheira Neves, Digesta, Volumes I e II, Coimbra, 2011.

António dos Santos Justo, Nótulas de história do pensamento jurídico, Coimbra, 2005.

António Truyol y Serra, História da filosofia do direito e do Estado, 1. Das origens, à Baixa Idade Média, 2. Do Renascimento a Kant, Lisboa, 1990.

Arthur Kaufmann, Filosofia do direito, Lisboa, 2009.

Gianfrancesco Zanetti; Mortimer Sellers; Stephan Kirste (eds.), Handbook of the History of the Philosophy of Law (3 volumes)

Jean-Cassien Billier e Aglaé Maryioli, História da filosofia do direito, Lisboa, 2006.

Luís Cabral de Moncada, Filosofia do direito e do Estado, I e II, Coimbra, 2006.

Sílvia Alves, Justiça e direito. Textos de história do pensamento jurídico, Lisboa, 2016.

Isabel Graes, História do Pensamento Jurídico, I, AAFDL, Lisboa, 2017; História do Pensamento Jurídico, II, AAFDL, Lisboa, 2018.

12. Observações:



(máximo 1000 caracteres)